

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 29 de junho a 3 de julho, em Brasília.

## O NOVO GOVERNO BOLSONARO.

**O presidente Jair Bolsonaro segue em busca de uma relação menos conflituosa com os demais Poderes da República.** Após diversas crises desde o início de seu mandato, o presidente passou a evitar polêmicas com outras autoridades federais e buscar maior composição política, dentro e fora do Parlamento, na medida em que novas frentes de desgaste foram surgindo, especialmente no âmbito do Poder Judiciário. Entretanto, será importante avaliar nos próximos meses se a nova postura foi implementada a tempo de evitar maiores danos a sua imagem e governabilidade.

**A últimas pesquisas do mandato presidencial mostram que avaliação da população segue estável.** Tal resultado em meio ao aumento da pressão a Jair Bolsonaro é considerado positivo para o Palácio do Planalto. A pesquisa Datafolha divulgada na última quinta (26), aponta que a atual gestão é apontada como ruim ou péssima por 44% dos entrevistados, enquanto que outros 32% avaliam o governo como ótimo/bom e 26% como regular. A manutenção de uma base popular de apoio é considerada crucial para evitar o avanço de pedidos de impeachment.

**As atenções do Palácio do Planalto seguem no TSE.** A Corte retoma nesta terça (30) o julgamento de ações que pedem a cassação da chapa

Bolsonaro-Mourão. Ao todo, oito ações contra a chapa estão em curso no tribunal, que ainda precisa decidir sobre a inclusão das provas do chamado "inquérito das fake news", que tramita no STF, nas ações eleitorais.

**O presidente segue ainda pressionado pela possível delação premiada de Fabrício Queiroz.** O ex-assessor de seu filho, senador Flávio Bolsonaro, presta depoimento à polícia federal nesta segunda (29) e estaria negociando sua delação junto ao Ministério Público Federal (MPF). Há receio de que a eventual delação possa influir negativamente no processo envolvendo Flávio Bolsonaro e, assim, reduzir o apoio político de seu eleitorado ligado ao combate à corrupção e, até mesmo, dentro da ala militar.

**No Congresso Nacional, a prioridade segue em torno da votação dos projetos relacionados ao adiamento das eleições municipais e ao combate às fake news.** A PEC para o adiamento das eleições para novembro foi aprovada na última semana pelos senadores, contudo, ainda enfrenta resistências na Câmara dos Deputados, especialmente, em razão do impacto desse adiamento na força dos atuais mandatários dos cargos eletivos nos municípios. Já o projeto das fake news, deve seguir como o principal projeto da pauta do Plenário do Senado nesta semana, contando com forte pressão para sua aprovação pelo próprio presidente da Casa, Davi Alcolumbre.

## Destaques da Semana

### Terça

- [TSE retoma o julgamento](#) de ações que pedem a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão.

### Semana

- [Plenário do Senado Federal](#) deve votar o chamado PL das Fake News ([PL 2630/2020](#)).
- Expectativa do Governo enviar proposta de auxílio emergencial ao Congresso Nacional.
- Início do recesso do Judiciário.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro** se reuniu, nesta segunda (29), com o ministro-chefe da Secretaria-Geral, Jorge Antônio de Oliveira, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o ministro da CGU, Wagner Rosário e com o Advogado-Geral da União, José Levi.

**Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão** se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina e com o deputado federal General Peternelli (PSL/SP).

### Casa Civil

**Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto** se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com os ministros de Estado do Governo, com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, com o subprocurador-geral de Justiça Militar e Conselheiro Nacional do Ministério Público, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, com o presidente do Banco Central Roberto Campos Neto e com o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

### ME

Ministério da Economia

**Agenda do Ministro – Paulo Guedes** se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro e com os secretários especiais do Ministério.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2020 foi elevada para US\$ 53 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado continuou em US\$ 55 bilhões de superávit. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, foi reduzida para US\$ 57,50 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas também foi cortada, para US\$ 72,5 bilhões.

### BACEN Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** se reuniu, nessa segunda, com representantes do Ministério da Economia e participou de reunião do Board of Directors promovida pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS).

**Boletim Focus** – Os economistas do mercado financeiro voltaram a piorar as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. A projeção passou de uma retração de 6,50% para 6,54%. Os analistas também passaram a prever um novo corte na taxa básica de juros, a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano. A nova estimativa é de que a taxa encerre 2020 em 2%. O Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1%. Os analistas elevaram, de 1,61% para 1,63%, a estimativa de inflação para 2020. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano. O mercado também passou a prever um novo corte na taxa básica de juros da economia, a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano. A previsão dos analistas é de que a taxa caia para 2% até o fim de 2020. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 continuou em R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5 por dólar.

**BNDES**  
Banco Nacional do  
Desenvolvimento

**Agenda do presidente – Gustavo Montezano** se reuniu com representantes do Ministério da Economia, com representantes do Banco Central, do Banco do Brasil e dos bancos Bradesco e Itaú.

## Poder Legislativo

### Câmara dos Deputados

Plenário

As Casas Legislativas devem dar continuidade às votações iniciadas na semana passada. Na Câmara dos Deputados, há expectativa de que a votação da [Medida Provisória 944/2020](#), que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, seja concluída ainda nesta terça (30). O texto base da matéria foi aprovado na semana passada, mas ainda há destaques a serem apreciados.

Também devem ser votadas nesta semana as [Medidas Provisórias 930/2020](#) e [934/2020](#), que tratam, respectivamente, sobre (i) tributação de investimentos de sociedade controlada domiciliada no exterior e proteção de servidores do Banco Central e (ii) dispensa da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias letivos e efetivo trabalho acadêmico.

Além das medidas provisórias, alguns projetos de lei podem ser votados. Entre eles, destaca-se o [PL 2500/2020](#), que permite que a Administração Pública prorrogue contratos e afaste a aplicação de penalidades quando forem descumpridos, em razão da pandemia do coronavírus.

A [PEC 18/2020](#), que adia as eleições municipais previstas para outubro deste ano, também ser objeto de discussão. Embora não esteja na pauta e não exista consenso sobre o tema entre as lideranças partidárias, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que a matéria deve ser votada nesta semana.

### Senado Federal

Plenário

Por sua vez, o Senado Federal deve votar o chamado PL das Fake News ([PL 2630/2020](#)), que visa responsabilizar plataformas digitais e seus usuários pela veiculação de notícias falsas na internet. Na última semana o projeto constou na pauta e, em razão da apresentação de um novo parecer pelo relator poucos minutos antes do início da Sessão, os parlamentares concordaram em adiar a votação para esta terça (30).

## Temáticas em Pauta nas Comissões

### ECONOMIA

COVID-19

Comissão Mista COVID-19 | Congresso | Terça (30)

**Reunião Técnica** – avaliar a **situação fiscal e a execução orçamentária** e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

## EDUCAÇÃO

Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus | Câmara | Terça (30)

COVID-19 Reunião Técnica – debater sobre retomada das atividades escolares.

## Política

**Após crises, Bolsonaro sinaliza pacificação com Poderes.** Após acumular diversos atritos ao longo dos últimos meses com representantes do Judiciário e do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro deu início a uma trégua com os Poderes, à medida em que tenta se distanciar do desgaste da prisão do seu amigo de longa data, Fabrício Queiroz. Há pelo menos dois interlocutores, Bolsonaro se queixou recentemente que está cansado dos confrontos. E afirmou que quer paz e evitar outras brigas. A mudança na conduta pôde ser percebida na última semana, quando a temperatura no Planalto caiu consideravelmente em relação às anteriores. Segundo auxiliares do presidente, ele já preparava ações de trégua antes de ser surpreendido pela operação que prendeu o ex-assessor de Flávio Bolsonaro na casa do advogado Frederick Wassef em Atibaia (SP), no último dia 18, no inquérito que apura supostas “rachadinhas” na Alerj. Fonte: O Globo

**‘Eu tenho um pessimismo grande em relação ao segundo semestre’, afirma Maia.** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na segunda-feira, em live realizada pelo jornal “O Globo”, estar pessimista em relação ao segundo semestre em função dos efeitos da pandemia na atividade econômica. A videoconferência trata do papel do Poder Judiciário na retomada da economia e conta com a participação do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, eleito para o comando da corte na semana passada. Ele assume a presidência do STF em setembro. Fonte: Valor Econômico

**Com déficit primário recorde em maio, Tesouro alerta não haver espaço para novas despesas obrigatórias.** O governo central registrou déficit primário recorde em maio diante do forte impacto da crise com o coronavírus nas contas públicas e o Tesouro Nacional alertou, em meio a discussões políticas sobre a criação de uma renda básica mínima, que não há espaço para novas despesas obrigatórias no país sem que haja forte aumento de impostos. Conforme dados divulgados segunda-feira, o rombo primário do governo central, formado por Tesouro, Banco Central e Previdência Social, foi de 126,6 bilhões de reais em maio, maior para o mês da série histórica iniciada em 1997. O dado veio um pouco pior que a projeção de um déficit de 125,9 bilhões de reais, segundo pesquisa Reuters com analistas. Fonte: Reuters

**Brasil fecha 331.901 postos de trabalho formais em maio, diz Caged.** O Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) registrou o fechamento de 331.901 postos de trabalho formais em maio. Os dados foram divulgados na segunda-feira (29) pela Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Eis a [íntegra](#) da apresentação. Fonte: Poder 360

**Planalto adia posse de novo ministro da Educação.** A posse do novo ministro da educação Carlos Alberto Decotelli foi adiada pelo governo de Jair Bolsonaro depois de reveladas incoerências em seu currículo. A cerimônia estava marcada para a terça-feira, 30, às 16 horas, mas segundo o Estadão apurou, o Planalto já avisou que ela não ocorrerá nesta data. Depois das denúncias sobre seu doutorado e mestrado, o governo já discute a permanência de Decotelli no ministério. O próprio grupo militar que indicou o ex-professor está constrangido porque foi surpreendido pelos problemas acadêmicos e está avaliando a repercussão do caso. Ele também perdeu o apoio que tinha entre professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), enquanto alas mais ideológicas estão fortemente tentando derrubá-lo antes mesmo de tomar posse. Fonte: O Estado de S. Paulo

## Poder Judiciário

**Gilmar Mendes, do STF, suspende ações trabalhistas que discutem correção monetária.** O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender a tramitação das ações em curso na

Justiça do Trabalho de todo o país sobre qual fator de correção deverá ser usado no pagamento de débitos trabalhistas em condenações judiciais. A liminar atendeu a uma ação proposta pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), que questiona normas sobre atualização dos débitos. A questão de fundo é sobre o uso da Taxa Referencial (TR), como tem sido adotado comumente conforme as normas contestadas pela Consif, ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) nessas correções. Fonte: Reuters

**TSE retomará na próxima terça julgamento de ações que pedem cassação da chapa de Bolsonaro.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retomará na terça-feira (30) o julgamento de duas ações que pedem a cassação da chapa formada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo vice Hamilton Mourão. A decisão foi tomada pelo presidente do tribunal, Luís Roberto Barroso. O julgamento começou em 2019, mas foi adiado e retomado no início deste mês, quando o ministro Alexandre de Moraes pediu vista, ou seja, mais tempo para analisar o caso. As ações em julgamento foram apresentadas por outras chapas que disputaram as eleições de 2018. As coligações apontam suposto abuso eleitoral por parte da chapa de Bolsonaro em um ataque a um site contrário a ele. A defesa nega a acusação. Ao todo, oito ações contra a chapa tramitam no tribunal. Uma dessas ações foi arquivada na última terça (23), mas ainda cabe recurso da decisão. Fonte: G1 - Notícias

## Último Foco

**Brasil é o quinto país com maior dificuldade para o home office.** Em um índice com 30 países, que inclui Estados Unidos, China e África do Sul, o Brasil é o quinto país com maior dificuldade de implementar o home office em larga escala. A conclusão está em um novo estudo do MIT (Massachusetts Institute of Technology), que indica que há países com melhores condições de prosperar economicamente em meio ao lockdown e distanciamento social. Todos os países em desenvolvimento terminaram nas posições mais baixas do índice, principalmente pela infraestrutura ruim de internet e por características demográficas. Os dados que levaram o Brasil à quinta pior posição foram: 67% da população com acesso à internet a uma velocidade média de 24 mbps; 47% das famílias brasileiras têm morador com menos de 15 anos e a falta de dados disponível a respeito do percentual de profissionais empregados que têm experiência no trabalho remoto. Fonte: Valor Econômico

**Governo dos EUA endurece estratégia para conter influência da Huawei no 5G.** A pandemia do novo coronavírus deixou ainda mais distante a realização do leilão da quinta geração de telefonia móvel (5G) no Brasil. Já seria difícil fazer a licitação no fim deste ano, como queria o governo e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), antes do avanço da doença pelo mundo. Agora, técnicos que trabalham diretamente com o assunto afirmam que o leilão só vai ocorrer a partir de meados de 2021. Diversos fatores têm contribuído para a mudança nos planos. A crise da Covid-19 reduziu a capacidade de investimento das empresas, de maneira geral. No setor de telecomunicações, não foi diferente. Por isso, as companhias passaram a pedir mais tempo para fazer caixa e conseguirem se programar para a licitação. Fonte: O Globo

**Com regulação responsiva, Anatel ajusta processos de fiscalização.** Alguns "motivadores" estão influenciando o esforço da Anatel para mudança nos processos de fiscalização para um modelo mais responsivo, em oposição ao atual regime de "comando e controle" baseado em multas. Entre eles, a redução no quadro de técnicos para a função e o alto custo médio de muitos procedimentos. O tema foi abordado na sexta-feira, 26, durante live promovida pela Sociedade de Engenharia de Telecomunicações (SET). Na ocasião, o superintendente de fiscalização da Anatel, Igor de Moura, lembrou que um novo regulamento de fiscalização regulatória está em análise pelo Conselho Diretor da agência, podendo ser aprovado em breve. Fonte: Teletime

**Novo relatório de Angelo Coronel retira necessidade de data center no Brasil.** A mais recente versão do relatório do PL das Fake News (PL 2.630/2020), elaborado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA), traz modificações significativas quando comparado com a versão anterior. Dentre as mudanças, estão a proibição de que pessoas eleitas não poderão bloquear usuários em redes sociais e a retirada da exigência de instalação de base de dados no Brasil. A validação do cadastro de usuários no pré-pago pelas operadoras, por sua vez, está mantida. Uma modificação que na versão anterior do relatório foi muito criticada por diversos setores, especialmente pelas plataformas como Google, Facebook e Twitter, foi a troca da exigência de base de dados



em solo brasileiro pela garantia de acesso a informações, desde que determinadas pela Justiça. A proposta objetiva facilitar o acesso a informações armazenada em data centers fora do País. Fonte: Teletime

**Anatel e parlamentares discutem tributação em IoT.** O presidente da Anatel discutiu na segunda, 29, ao lado do senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) e do deputado Vítor Lippi (PSDB/SP) o desafio para destravar o modelo de tributação da Internet das Coisas. O evento é realizado pela Aliança Conecta Brasil F4, think tank dirigido por Daniel Vilela. Para os debatedores, apesar da aprovação pela Câmara do PL 7.656/2017 no final do ano passado, ainda falta a aprovação pelo Senado e medidas mais concretas para que o mercado de Internet das Coisas deslanche. Vanderlan Cardoso é o relator da matéria, agora como PL 6549/2019. Fonte: Teletime

**Governo monta grupo de TI com Serpro e Dataprev para ações pós Covid-19.** O governo federal montou a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação, em resposta aos impactos relacionados à pandemia da Covid-19. Instituído ainda em maio, o GT ganhou nomes nesta segunda, 29/6. Coordenado pelo secretário de governo digital Luis Felipe Monteiro, o GT é integrado por titulares e suplentes da Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência, Gabinete de Segurança Institucional, dos ministérios da Saúde e de Ciência, Tecnologia e Inovações, Anvisa, Abin, ITI, além das estatais de TI Serpro e Dataprev. Os nomes podem ser conferidos [aqui](#). Esse GT tem como missões apoiar o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 nos assuntos referentes ao uso de tecnologias da informação e comunicação para o combate aos efeitos do Covid-19, além de receber, avaliar e selecionar propostas de soluções e parcerias com a sociedade civil que envolvam uso intensivo de tecnologia da informação e comunicação. Fonte: Convergência Digital

**Queda da economia pode ser maior se crédito não chegar a pequenas empresas, alerta Maia.** O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na segunda-feira que se o crédito não chegar às empresas, sobretudo às micro, pequenas e médias empresas, a queda da economia brasileira vai ser pior do que a projetada. Vários economistas preveem que o PIB brasileiro registre queda de 6,48% em razão da pandemia do novo coronavírus. Durante evento promovido pelo jornal O Globo, Maia afirmou que é preciso encontrar uma solução para que os recursos cheguem às empresas. Ele defendeu um ponto de equilíbrio entre os setores produtivo e financeiro, e a ampliação do diálogo com os bancos para que eles tenham uma participação maior na elaboração das leis. Fonte: Agência Câmara

**Prorrogada MP que regulamenta benefícios e adia Lei de Proteção de Dados.** O presidente da Mesa do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, prorrogou por mais 60 dias a medida provisória que regulamenta o pagamento dos benefícios emergenciais criados para preservar a renda de trabalhadores que tiveram salário reduzido ou contrato de trabalho suspenso devido à pandemia do coronavírus. A MP 959/2020 também adia a entrada em vigor da Lei Geral da Proteção dos Dados Pessoais (LGPD — Lei 13.709, de 2018), de agosto deste ano para maio de 2021. O ato que oficializa a prorrogação foi publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (29). De acordo com a MP, os benefícios (criados por uma medida provisória anterior, a MP 936/2020, que instituiu o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda) serão custeados com recursos do Orçamento da União. Pelo texto, caberá ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal transferir os pagamentos para os bancos onde os trabalhadores beneficiados tenham conta bancária. Fonte: Agência Senado